



Passagem de comando
 - O presidente do TRF5, desembargador federal Manoel Erhardt, participou, na tarde de ontem (21), da solenidade de passagem do Comando Militar do Nordeste. O General de Exército

Marco Antônio Freire Gomes assume no lugar do também General Artur Costa Moura. Estiveram presentes à cerimônia o desembargador federal Élio Siqueira e os juízes federais Frederico Azevedo e Ubiratan de Couto Maurício.

Concurso magistratura: Comissão antecipa resultado de julgamento de recursos

A Comissão do XIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 5ª Região decidiu antecipar a sessão pública para apresentar a conclusão do julgamento dos recursos interpostos contra o resultado provisório na prova escrita discursiva (P2), para a próxima terça-feira, dia 28 de agosto, às 10 horas, na Sala Capibaribe do TRF5, no 1º andar do edifício-sede do TRF5. O edital previa a data da realização da sessão para o dia 11 de setembro.

Comissão - Presidida pelo desembargador

federal Edilson Nobre, a Comissão tem como membros o desembargador federal Fernando Braga, o juiz federal Bruno Teixeira de Paiva (JFPB), o professor Geilson Salomão Leite (UFPB) e o advogado Leonardo Carneiro da



Cunha, representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.



Respeito ao patrimônio histórico

Modificar um bem tombado pelo patrimônio histórico é crime e pode dar até três anos de reclusão, mais pagamento de multa. Mas em alguns lugares onde estão localizados imóveis antigos, a lei ainda é desrespeitada. Em Olinda (PE), a dona de um colégio particular construiu, sem autorização, outro pavimento, impactando na vista para um dos mais belos cartões-postais da cidade. Mesmo após uma notificação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), as obras foram concluídas. O caso foi

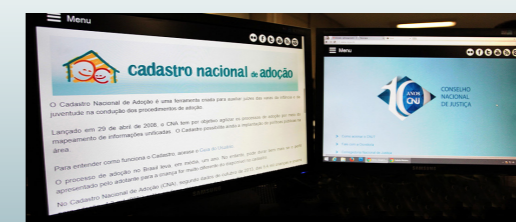
parar no TRF5. Saiba mais sobre essa história no programa Via Legal desta quarta-feira (22), às 21h, na TV Justiça. Assista também pela internet, no www.youtube.com/programaviaregional.

CNJ tem novo projeto de integração das plataformas para adoção

Milhares de crianças esperam um lar para adoção. Diante da situação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresenta uma iniciativa para diminuir estes números. Trata-se do Sistema Integrado do Cadastro Nacional de Adoção e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas. A nova

plataforma prioriza a busca de uma família para a criança ao indicar, na base de dados, o perfil dos pretendentes à adoção. A expectativa é que a plataforma esteja em pleno funcionamento, em todo o País, até o primeiro semestre de 2019, facilitando as adoções interestaduais. A iniciativa vem no momento que o Cadastro Nacional de Ado-

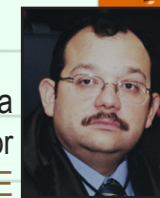
lhimento em todo país e os mais de 44 mil cadastrados como pretendentes à adoção. A expectativa é que a plataforma esteja em pleno funcionamento, em todo o País, até o primeiro semestre de 2019, facilitando as adoções interestaduais. A iniciativa vem no momento que o Cadastro Nacional de Ado-



ção (CNA), coordenado pela Corregedoria do CNJ, completa uma década de existência. (Com informações da Ascom/CNJ)

Aniversariantes

Juiz Federal Edvaldo Batista da Silva Júnior
 SJPE



Juiz Federal Júlio Rodrigues Coelho Neto
 SJCE



Felipe Costa Pontes
 Gab. Des. Fed. Fernando Braga
 Fedra Teixeira G. Simões de Lyra
 Diretoria Geral
 Lindemberg Guimarães Nobre
 Subsecretaria de Apoio Especial
 Clayton Vieira dos Santos
 SERVIS
 Luciano José dos Santos
 VIRTUS